

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 233 - DE 25 DE FEVEREIRO A 11 DE MARÇO DE 2002- R\$ 1,00

Greve geral contra o desemprego, fome e a destruição dos direitos trabalhistas

A CUT marcou para dia 21 de março uma paralisação de protesto contra a reforma trabalhista de Dornelles. O POR defende e trabalha por:

1. Quebrar a política de arrocho do Plano Real - Pela reposição geral de todas as perdas salariais do período FHC;
2. Quebrar a liberdade dos capitalistas demitirem - Emprego para todos reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir os salários (aplicação da escala móvel das horas de trabalho)- Suspensão imediata dos "acordos" que impuseram demissão, redução salarial, perda de direitos trabalhistas e pela readmissão dos demitidos. Estabilidade no emprego. Imediato pagamento de um salário desemprego de acordo com as necessidades básicas.
3. Direito assegurado a todos trabalhadores de construir suas comissões de fábrica e outros locais de trabalho. Fim de toda lei antigreve.
4. Revogação de toda medida de flexibilização do trabalho e perda de direitos. Fim da reforma Dornelles.
5. Recuperação das estatais sob o controle dos trabalhadores. Não pagamento da dívida externa. Fim das negociações pró-imperialistas com a Alca.
6. Recuperação do sistema público de ensino, saúde e previdência sob o controle dos trabalhadores. Fim da privatização dos serviços públicos.
7. Terra aos camponeses. Financiamento estatal somente para os pequenos e médios produtores. Cancelamento de suas dívidas. Fim dos privilégios creditícios aos latifundiários. Expropriação sem indenização dos latifúndios sob o controle de comitês agrários.

Esse plano de reivindicações e de luta permitirá unir a maioria oprimida como um passo no combate ao governo, à burguesia e o imperialismo. É preciso, portanto, que se coloque:

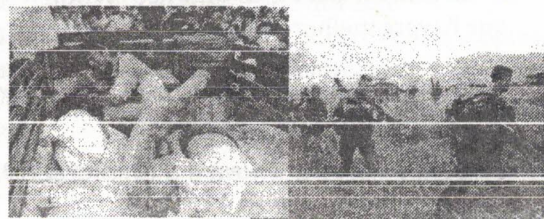
1. Unidade operária e camponesa na luta contra a exploração capitalista e repressão Estatal; contra a ofensiva do imperialismo.
2. Formação dos comitês de empregados e desempregados; comitês estudantis; comitês de camponeses, comitês populares. Convocação de assembléias de base em todos os setores.
3. Constituição de uma frente única antiimperialista, sob o programa e direção da classe operária, que reúna a maioria nacional oprimida em um único movimento de massa.

Toda força à greve geral do dia 21 de março

Argentina: Prossegue a mobilização popular

Colômbia: governo Pastrana bombardeia

FARC com ajuda do imperialismo ianque



Quinzena do Movimento Operário

Emprego industrial cai pelo oitavo mês consecutivo

O nível de emprego na indústria em São Paulo caiu 0,42% em janeiro (6.659 empregos eliminados), foi a oitava queda seguida. Em 12 meses, o recuo chega a 2,48% (39.741 vagas a menos). O problema é que na crise do capitalismo continuará havendo mais demissões.

A patronal pressiona dizendo que esta questão seria melhorada com a redução dos juros. Para ela, os juros podem ser reduzidos, até o fim do ano, para no mínimo 16% — a taxa está há meses em 19%.

Outra alegação dos patrões é que a demanda continua fraca, e que o mercado interno ainda está muito retraído.

Segundo esta análise burguesa, mesmo o fim do racionamento de energia não terá maior impacto, com exceção de alguns setores, como o de alumínio, pois a atividade industrial estaria sob a amara dos juros e do crédito."

Rotatividade atinge até 41% dos desempregados em São Paulo

Quarenta e um por cento dos desempregados da Região Metropolitana de São Paulo ficaram no máximo até um ano no último emprego, conforme levantamento feito pelo Dieese.

Segundo este estudo, a rotatividade decorre da própria crise econômica. As pessoas dispensadas devido à rotatividade têm dificuldades de voltar ao mercado e na área em que atuavam.

Com menor número de vagas, as empresas aumentam as exigências, mesmo que a escolaridade não seja tão necessária ao desempenho da função. É o caso dos lixeiros, que precisam ter o primeiro grau completo (ensino fundamental).

Segundo o Dieese, os desempregados demoram em média 50 semanas (um ano) para arrumar novo emprego e que o tempo médio de desemprego é de 90 semanas. Os técnicos explicam que muitos procuram se encaixar novamente no mercado. Como não têm sucesso, desistem da procura.

O cenário para este ano não indica que haverá melhora na economia.

Ferroban deixa 1.146 funcionários em casa

A Ferrovias Bandeirantes (Ferroban), antiga Fepasa privatizada em 1998, concedeu licença remunerada de 30 dias para mais de um terço dos seus 3.100 funcionários. Ao todo, 1.146 trabalhadores estão afastados.

O sindicato informou que os trabalhadores foram colocados em licença remunerada porque a empresa deixou de operar no trecho da antiga Companhia Mogiana, entre as cidades de Campinas (SP) e Araguari (MG), cedendo a operação do trecho para a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA).

Quem está saindo de licença remunerada não sabe se voltará a trabalhar ou será demitido.

Ao mesmo tempo a empresa abriu um programa de demissão voluntárias (PDV) que vai até 1º de março.

Mas, ao invés de encaminhar a luta, a direção sindical simplesmente vai tentar acionar a Ferroban na Justiça por ter feito a concessão de um trecho de operação a outra empresa sem autorização do Ministério dos Transportes. Desta forma, os trabalhadores ferroviários já podem se considerar demitidos, é necessário organizar um comitê de luta independente dos patrões e organizar a luta de toda a categoria contra as demissões e juntamente com os trabalhadores organizar uma luta pela reestatização da empresa.

Gráficos

A Prol, gráfica e editora, instalada em Diadema, vai demitir 191 dos 280 funcionários, quase 70% do efetivo. Dia 18, foi feito protesto.

Projeto que muda a CLT é uma das prioridades do Governo neste ano

Um dos principais destaques no Congresso é o Projeto 134/01, que muda o artigo 618 da CLT, permitindo que acordos coletivos prevaleçam sobre a legislação. Na mensagem encaminhada ao Congresso, o presidente Fernando Henrique Cardoso, além de fazer um balanço das atividades do Governo, cita as prioridades para este ano — entre as quais está o projeto da CLT, que está no Senado.

O relator senador Moreira Mendes (PFL-RO) quer convocar audiência pública para ouvir representantes do Governo,

dos empresários e dos trabalhadores. A partir dessas avaliações sobre a proposta do Executivo, ele fará o relatório, que deverá ser votado na Comissão de Assuntos Sociais no fim de março.

Enquanto isto a Força faz assembleias para apoiar a reforma da CLT

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, filiado à Força Sindical, está organizando assembleias nas fábricas para convocar a base para o ato do dia 17 de março em apoio à reforma da CLT. O objetivo do sindicato é enganar os trabalhadores afirmando que o projeto de lei, em tramitação no Senado, seria muito bom para os trabalhadores. Para atrair a atenção dos operários (para tentar mostrar a população, e aos parlamentares que tem força para organizar) sortearão cinco carros populares.

Está é a prova cabal que os metalúrgicos de São Paulo devem se livrar o mais rápido possível desta corja que está quebrando totalmente a vida dos trabalhadores traindo escandalosamente a classe operária ao dar nossas vidas de bandeja para a burguesia.

Metalúrgicos do ABC tem eleições de cartas marcadas

As eleições para renovação da diretoria no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC estão completamente fraudadas. Nas quatro maiores empresas da base só houve inscrição de chapas ligadas à atual direção. Na Volks, a comissão eleitoral impugnou a chapa formada por integrantes da oposição.

Foram inscritas 79 chapas, que disputarão os 76 comitês sindicais, na primeira fase do processo eleitoral, em março. Após essa etapa, será escolhida a diretoria plena, de onde sairá a executiva da entidade, com nove integrantes. O processo será concluído em abril.

O colégio eleitoral ainda está sendo calculado, mas deverá ficar em torno de 70 mil trabalhadores, para uma base aproximada de 95 mil metalúrgicos. O maior comitê sindical é o da Volks, com 22 componentes, seguido da DaimlerChrysler, com 13, da Ford, com 10, e da Scania, com oito. Uma das empresas que terá chapa de oposição é a Kostal (autopeças).

PT: inteiramente prostituído pela política burguesa

No Encontro Nacional do PT, em janeiro, a corrente majoritária Articulação pretendia que se definisse o campo de alianças para as eleições presidenciais. As correntes à esquerda da Articulação queriam que o partido se ativesse ao denominado "campo democrático e popular" (PDT, PSB, PCdoB, PV). Entretanto esses partidos, exceto o PCdoB, já tinham suas candidaturas próprias. Entre os grandes partidos, havia conflitos que favoreciam o PT, fundamentalmente no PMDB, com Orestes Quécia (SP) e Itamar Franco (MG). Mas nada que se configurasse uma possibilidade segura de aliança no primeiro turno.

O grupo que conduz a candidatura de Lula já havia, portanto, definido que iria partir para uma temerária negociação com o partido da Igreja Universal, o Partido Liberal. Não poderia concorrer com possibilidade de vitória sem se apoiar em um setor da política burguesa oficial. Antes do Encontro Nacional, já havia conversas de bastidores com o empresário e senador José Alencar (MG) do PL. A aspiração de Lula e seu núcleo de comando era o de aprovar logo a aliança, o que tornaria mais fácil dissolver a resistência de uma ala do PL, ligada ao candidato Anthony Garotinho pelo PSB (notem que partido era e é considerado do "campo democrático e popular".)

Para se evitar uma crise interna prematura no PT em torno de uma aliança ainda não totalmente selada, a Articulação e a ala esquerda opositora chegaram a uma formulação genérica, que nem proibia nem autorizava a aliança com o PL. Na verdade, havia resistência interna à própria Articulação. O Encontro acabou colocando a definição nas mãos do Diretório Nacional, o que significava aprovar a coalizão com o partido do Bispo Macedo. Tratava-se, portanto, do comando lulista viabilizar com o PL o acordo e levá-lo prontinho para o Diretório Nacional.

O PT/Articulação e o PL/Alencar prepararam um espetáculo: a visita de Lula às várias fábricas do senador pelis-

ta, simbolizando a união do empresário e do operário que culminaria com um jantar na residência do Bispo Rodrigues com a cúpula do PL, incluindo o arqui-corrupto fundador da Força Sindical Luiz Antônio Medeiros. Está aí o que se chama "criar um fato político" de grande atração para os jornais. Um fato que dissesse: o PT rompe com velhos preconceitos contra capitalistas e contra obscurantismo religioso da Igreja Universal, que sempre qualificou o PT encarnação do diabo.

Esses acontecimentos permitem a qualquer um ver o oportunismo e a prostituição da Articulação e de seus opositores de esquerda refletidos no embate ocorrido no Encontro Nacional, que não votou contra e a favor de uma aliança já tida como certa pela cúpula lulista e pelo poderoso empresário têxtil.

Rompimento de um pacto?

A esquerda petista acusa a Articulação de não respeitar a decisão do Encontro Nacional. E esta mostra que suas manifestações públicas com os chefes do PL não contraria em nada a vaga resolução votada. Afinal, em março, o Diretório Nacional fará sua definição. Se o PL aceitar a aliança, a esquerda petista opositora nada poderá fazer, pois é minoria.

Como Lula saiu de braço dado com Alencar, os opositores têm o direito de sair às ruas protestando contra a aliança. É o que foi feito no Rio de Janeiro, sob a direção do deputado Milton Temer. Setores de intelectuais da Articulação, ex-estalinistas convertidos em democratas burgueses, como Leandro Konder, mostraram-se escandalizados e aderiram ao protesto.

Como é possível o PT se aliar com um partido de direita? É a pergunta indignada da ala descontente. Mas não se perguntam: por que pactuamos com uma resolução tão vaga no Encontro Nacional? Por que ajudamos a sustentar um partido tão degenerado, que engana os explorados e sustenta uma burocracia sindical que auxilia as multinacionais a

aplicarem a "flexibilização do trabalho"?

A esquerda eleitoreira do PT, que tem alguns pilares fincados na administração do Estado burguês, como Raul Pont, da Democracia Socialista e prefeito de Porto Alegre, e Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém, não rechaça a estratégia de um governo burguês liderado por Lula. Sempre impulsionou coalizões com partidos da ordem capitalista, como o PDT e PSB, sob o conceito de "democráticos e populares". E sempre foi fiel defensora do "Lula lá", com o argumento de que o caudilho expressa as massas populares. Certamente, apoiando-se nos indicadores eleitorais.

As diversas facções de esquerda do PT e a Articulação têm em comum a defesa constante da candidatura Lula. A ala que pretende romper a tradição lulista, encabeçada pelo senador Eduardo Suplicy, entende que se esgotaram as possibilidades do PT atrair substanciais camadas da burguesia e da alta classe média para viabilizar seu "projeto de poder". Ao contrário, o comando da Articulação tem em conta que o índice eleitoral de Lula de 30% é um importante capital para se negociar com uma ala da burguesia temerosa com os rumos das radicais medidas neoliberais, tendo no horizonte a Alca. O que falta para o PT e Lula é demonstrar que seu capital político estará a serviço do capital industrial.

Com a caça desesperada de Lula de apoio empresarial, a ponto de correr atrás do PL, a esquerda se sente traída.

Todos os conflitos se resolviam no momento em que se tratava de compor força em torno do caudilho. A esquerda chegava ser mais lulista que a Articulação. Essa conduta se explica pelo fato de que as várias derrotas eleitorais levaram setores petistas avaliarem à direita que era momento de tentarem outra candidatura. A esquerda via de regra se pautou pela posição de que sustentar a candidatura de Lula era atender as aspirações populares de

mudança e manter o PT na oposição aos partidos históricos da burguesia (PFL, PMDB e PSDB). Ocorre que o PT caminhava e caminha para a direita como um todo e Lula à frente. É evidente o quixotismo da esquerda petista. Reflete na prática sua política de esquerda eleitoreira.

Mas o critério de ir à direita ou à esquerda não explica o essencial: a maior definição do conteúdo de classe do programa e da política do partido. O PT há muito se definiu como partido da ordem capitalista. Abandonou posições de reformas nacionalistas radicais de sua origem (marcada pela sua direção operário-pequeno burguesa) e passou a defender um remendo de programa, que junta mesquinhos interesses nacionalistas com medidas de concessão ao imperialismo.

O pacto histórico da esquerda e centro-direita (Articulação) em torno do caudilho Lula, do programa "democrático e popular", sob a estratégia do "governo democrático e popular" comungada por todos, e da aliança com o "campo democrático e popular" serviu de construção de um partido reformista, que inicialmente se pretendia "dos trabalhadores". A esquerda se iludiu em demasia com a possibilidade de tal partido seguir o caminho de uma espécie de partido de massa de esquerda, a ponto de se romper profundamente em torno do pacto acima descrito.

É bom lembrar essa trajetória para se entender o lugar das esquerdas petistas na chegada do PT à posição de aliança com um obscurantista partido da burguesia. Elas não poderiam deixar de ficar ao lado de Lula contra as pretensões de Suplicy. Uma parcela mais à esquerda tentou se articular em torno do prefeito de Belém para marcar posição interna, no caso de uma prévia. Mas logo abandonou tal pretensão.

Esses conflitos se diluem no mais mesquinho oportunismo quando o PT já tem elaborado seu programa de governo talhado a servir aos interesses gerais dos capitalistas. Por mais que se tenha rompido o pacto reformista do governo democrático e popular, as esquerdas petistas continuam atadas ao PT.

Tudo depende do PL

Está tudo arrumado na cúpula dirigente do PT para ter como vice-presidente o burguês José Alencar. Lula está em sólida posição de defesa da coligação. Seu raciocínio: se é para ganhar as eleições, o PT terá de fazer a coalizão, caso contrário não se candidatará só para marcar posição. A crítica de Lula aos adversários da aliança com o PL é a de que querem permanecer eternamente na oposição.

Está pressuposto nessa resposta que a vitória depende do poder econômico. O que é totalmente verdadeiro no que diz respeito às eleições e à política burguesa. O PL é um partidinho, mas conta com um capitalista bem situado e embebedado no mercado interno. Tem uma boa estrutura de arregimentação de uma camada dos mais superexplorados, montada pela Igreja Universal, influente rede de rádio-TV e fontes de recursos financeiros. É dessa aliança que Lula necessita para vencer a quarta disputa.

O que a esquerda petista tem a oferecer? Radicalismo verbal e nada mais.

O PT é inconfundivelmente um partido da ordem, por seu programa, sua ideologia anticomunista e por sua trajetória de integração no Estado. Tem quase um terço do eleitorado. O que lhe falta? Vencer a resistência de setores capitalistas afins com o objetivo partidário de equilibrar os interesses da burguesia nacional e do imperialismo. Para isso, o caminho é o de arrastar os explorados por detrás de uma aliança de conciliação de classe. Eis o que diz Lula: "É a primeira vez que sinalizamos para a sociedade a idéia de construir um novo contrato social, com alguém que conhece o mundo do trabalho e outro que conhece o empresarial". (Folha SP)

A esquerda lulista tão furiosa com seu líder não diz as coisas como são: Lula encarna a traição de classe e o PT expressa politicamente essa traição. A defesa da vitória com o concurso dos exploradores é a defesa da traição. Assim, não há movimento das esquerdas petistas que demova Lula desse objetivo. A aliança está na dependência apenas do PL.

Construir o Partido da revolução proletária

O tal do partido democrático, amplo, de massa, de várias classes desembocou num partido eleitoreiro, burocrático, dominado por uma casta profissional de parlamentar, prefeitos, governadores e burocratas sindicais. Esse não é o partido de que a classe operária necessita para dirigir a maioria oprimida à revolução social. Necessita de um partido portador do programa socialista, marxista-leninista-trotskyista.

É com esse instrumento que proletariado criará as condições históricas e políticas para uma verdadeira aliança das classes oprimidas - a aliança operária e camponesa. É com o programa de derrota do imperialismo e destruição do poder da burguesia nacional, com a conseqüente expropriação do grande capital, que a classe operária ganhará confiança da maioria explorada para avançar a luta independente.

O programa e o partido, que se condicionam mutuamente, tem por tática e método a ação direta, a luta de massa. A tática eleitoral se subordina totalmente à ação direta. É apenas auxiliar e utilizada enquanto for necessário combater as ilusões democráticas burguesas impostas pelo Estado, parlamento, partidos e seu servidores no interior dos sindicatos.

A luta contra o reformismo e suas variantes de esquerda se impõe para construir no seio das massas o partido revolucionário. A experiência confirma dia-a-dia a crítica marxista ao PT. Trata-se de um obstáculo à emancipação política, ideológico e organizativo do proletariado. A posição de Lula de ir até as últimas conseqüências na política pró-capitalista para ganhar mais votos prova que o PT se tornou um trunfo para a burguesia, que está sabendo usá-lo e controlá-lo muito bem.

Resta saber se uma camada da militância petista opositora romperá a tempo com esse partido, fará uma rigorosa auto-crítica por ter sustentado posições traidoras e se colocará pelo fortalecimento da construção do Partido Operário Revolucionário, parte da reconstrução da IV Internacional. Trata-se de lutar corretamente para que isso ocorra.

Um Brasil mais submisso ao imperialismo, mais pobre, com mais desemprego

Imperialismo exige que o Brasil cumpra suas diretrizes

Em novembro de 1989, em Washington, o governo dos Estados Unidos juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e BID traçaram as diretrizes para os países semicoloniais da América Latina. O resultado, chamado de "Consenso de Washington", tem como essência a imposição das reformas "neoliberais". Tratava-se de um conjunto de medidas econômicas a ser adotadas pelos países com alto índice de endividamento externo e imersos na crise inflacionária, o que os tornava incapazes de continuar cumprindo os acordos com os credores imperialistas. As "reformas sociais" (educação, saúde etc) seriam decorrentes da diretriz neoliberal.

Os governos latino-americanos se submeteram às ordens imperialistas. O Brasil, no início da década de 90, implantou as orientações do FMI, através do governo Fernando Collor. A substituição de Collor por Itamar Franco e, depois, a eleição por dois mandatos de Fernando Henrique deram origem e impulso ao Plano Real, que tem como conteúdo central os ditames do "Consenso de Washington". Após 11 anos de aplicação dessa política, as consequências para o país e para a maioria da população são desastrosas.

2. Desnacionalização do país

O capital estrangeiro que detinha 36% do faturamento dos 350 maiores grupos econômicos do Brasil (1991) foi para 53,5% no final dos anos 90. Ou seja, mais da metade do capital da indústria brasileira se encontra nas mãos dos estrangeiros. A indústria nacional encolheu em detrimento dos monopólios. Uma fração da burguesia reclama que os juros altos e as condições para exportação (política cambial) foram os responsáveis pela quebra de vários setores industriais e de favorecimento aos grupos internacionais. O argumento de que as privatizações viriam para modernizar e tornar as indústrias mais competitivas

no mercado mundial se esfumou em pouco tempo.

A renovação tecnológica se concentrou em alguns ramos monopolizados e não se fez em função do aumento da capacidade produtiva do conjunto da economia. Serviu como fator de incentivo ao fechamento de postos de trabalho. Nos ramos onde houve a concentração tecnológica, cresceu o nível de ociosidade e trouxe o problema da superprodução. O Brasil diminuiu sua participação no mercado externo, de 1,5% para 0,8%, e o mercado interno não respondeu à capacidade instalada.

O capital imperialista se intensificou com a privatização das estatais e com a compra de empresas nacionais. As privatizações do período de 1991 a 1994 foram de ramos essenciais. Em 1991, a Usiminas foi entregue; a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), em 1993. Deu-se, assim, início ao desmonte da economia nacional.

Dados indicam que no período de 1994 e 2001 foram realizadas 2440 fusões e aquisições, sendo 59% com capital internacional. Desse total, os Estados Unidos lideram com 35,5%. Em seguida, a França com 8,3%; a Inglaterra 4,8%; Alemanha, 4,3%; Espanha, 4%; Itália, 3,8%; Portugal 3,7% e outros com menos de 2%. No que refere às privatizações, o governo arrecadou R\$103 bilhões de reais, que foram entregues aos bancos internacionais para o pagamento da dívida externa.

O capital financeiro também abocanhava uma fatia importante dos bancos nacionais. O banco inglês HSBC comprou o Bamerindus, o espanhol BBV Banco levou o Excel-Econômico, o Santander arrematou o Banespa, e o holandês ABN Amro adquiriu o Banco Real.

No setor de alimentos, as multinacionais aproveitaram para comprar, vender e fundir com outros grupos. A empresa italiana Parmalat comprou a Etti e laticínios. A Unilever, que faz parte da anglo-holandesa Gessy Lever, adquiriu a Cica e a Kibon. A Best-foods, norte americana, levou a Refinaria de Milho Brasil e a Arisco. Já no final do ano 2000, a Unilever e a Best-foods se fundiram. A con-

centração monopolista no ramo de alimentos se elevou com a desnacionalização.

A privatização da telefonia teve início com a venda do Sistema Telebrás, em 1998. Entre as multinacionais que passaram a controlar a telefonia estão a Telefonica da Espanha, Iberdrola e Portugal Telecom.

No que se refere à energia, o capital estrangeiro está presente desde a compra da Light pelas multinacionais Electricité de France (EDF) e pelas americanas Houston Power Industries e American Corporation (AES).

Como se vê, os monopólios compraram as empresas estatais e parte da indústria nacional. O aumento do capital monopolista na economia brasileira e abertura de mercado não se converteram em fator de crescimento relativo da participação no mercado mundial. Ao contrário, houve redução como demonstra o indicador acima apresentado. A remessa de lucros das multinacionais, esta sim, foi incrementada.

3. Governo financia as multinacionais para a privatização

Desde o início do "programa de privatização" (1991), o BNDES vem emprestando dinheiro para as multinacionais comprarem o patrimônio nacional. Já concedeu R\$2,462 bilhões. O maior empréstimo foi de R\$1,013 bilhão para a Light (pertencente ao grupo francês e norte-americano) comprar a Eletropaulo Metropolitana de São Paulo, em 1998.

O governo empresta dinheiro dos bancos estrangeiros para o BNDES entregar nas mãos das multinacionais, com pagamento a perder de vista e juros abaixo do mercado interno. O FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) foi a fonte que o BNDES usou nas privatizações, que sofreu dilapidação.

Os ganhadores são as multinacionais, que saquearam os cofres públicos e penetraram mais fundo nas fronteiras nacionais.

Ampliação da miséria

Os 11 anos de aplicação das diretrizes imperialistas resultaram na destruição de milhões de postos de trabalho. O desemprego triplicou em menos de uma década e continua crescendo. O Brasil se tornou o terceiro país com maior número de desempregados. Desapareceram de 1990 a 1999 mais de 4,3 milhões de empregos formais, com carteira assinada. Hoje, mais da metade dos assalariados trabalha sem vínculo empregatício.

Os salários foram arrojados. O funcionalismo público está sem reajuste há sete anos. Os trabalhadores ocupados, 20,1% recebem salário igual ou inferior ao salário mínimo de R\$180,00, que sequer dá para comprar 75,6% da cesta básica. Isso significa que 53 milhões de trabalhadores não ganham o necessário para as despesas com a alimentação.

Os capitalistas aumentaram a exploração do trabalho (crescimento da produtividade) e exigem que o governo elimine os direitos trabalhistas, conquistados na luta da classe operária contra a exploração patronal. A maioria da população empobreceu enquanto a minoria ficou ainda mais rica.

A desnacionalização das semicolônias é a saída imperialista para a crise mundial

As potências impuseram uma ampla ofensiva sobre os países semicoloniais. O plano governamental de privatização e abertura da economia nacional aos monopólios atendeu as exigências dos países imperialistas de quebrar as já débeis barreiras protecionistas para a entrada de mercadorias e maior penetração das multinacionais.

A ordem de abrir as fronteiras brasileiras foi acompanhada da ampliação de barreiras comerciais nos países imperialistas. O exemplo dos Estados Unidos em relação as exportações brasileiras do aço e da laranja comprovam isso. O mesmo se dá com os produtos da agroindústria, que enfrentam os poderosos subsídios dos Estados Europeus e norte-americano. Isso evidencia que a abertura do mercado brasileiro se deu em favor do crescimento do protecionismo das metrópoles.

O "Consenso de Washington" é o

mecanismo para amenizar a superprodução nas potências. Os monopólios pressionam os governos a ditarem medidas de eliminação de tarifas alfandegárias dos países capitalistas atrasados. O grande excedente de mercadorias necessita de mercado externo, o que obriga o imperialismo impor maior rebaixamento das fronteiras nacionais das semicolônias, de forma a aliviar em suas próprias fronteiras a crise de superprodução.

Essa contradição do capitalismo tende a se agravar porque as semicolônias foram saqueadas nessa década de planos neoliberais e a superprodução se potencializou interna e externamente. Ocorre que a enorme capacidade de produção mundial (potencialidade das forças produtivas) se choca com as relações de produção monopolizadas e as fronteiras dos Estados.

As fusões dos grupos econômicos respondem à lei de concentração do capital. Em meio à desintegração da economia mundial, elas procuram proteger os monopólios. Entretanto, a maior concentração acaba por potencializar os fatores de desintegração (crise de superprodução, quebra de parte das forças produtivas, desemprego em massa, empobrecimento generalizado das massas, retrocesso das economias atrasadas). Esse fenômeno se expressa de forma catastrófica no interior das economias semicoloniais.

A falência da burguesia nacional

A burguesia brasileira se mostrou impotente diante do brutal saque imperialista. O governo de Fernando Henrique centralizou as diferentes frações da burguesia para aplicar as medidas do "Consenso de Washington". A queda das exportações, a fuga do capital especulativo, crescimento do endividamento e a invasão de mercadorias quebraram do Plano Real. O Brasil teve déficit de US\$1,2 bilhão, em 1999 e de US\$730 milhões, em 2000. Somado ao vultuoso envio de dólar para pagamento de dívida externa, remessa de lucros e outras fontes de saque, o déficit agiu poderosamente sobre a moeda nacional artificialmente valorizada pelo Plano Real.

Findado 11 anos de aplicação das medidas neoliberais, a economia se encontra profundamente afetada pela crise

mundial. A fração burguesa mais afetada pela crise exige proteção do governo, enquanto que a fração pró-imperialista força para que dê prosseguimento às diretrizes do capital financeiro internacional. Nenhuma fração da burguesia nacional tem outra diretriz senão a imposta pelo "Consenso de Washington", embora se reconheça que este esteja esgotado.

A contenção das forças produtivas internas e quebras deverão prevalecer no próximo período. A crise do endividamento e a superprodução indicam essa tendência. O setor mais comprometido com o imperialismo força caminho para o Brasil assumir a Alca. Procura-se justificá-la com o mesmo argumento de quando se adotou as medidas do "Consenso de Washington". Essa via não faz senão aprofundar a dependência da economia interna aos monopólios. Ao contrário de se contrapor às pressões desintegradoras do imperialismo, incentivava-as.

A luta contra as medidas antinacionais e antipopulares

Durante todo processo de aplicação dos planos antinacionais e antipopulares, a burocracia sindical (a pró-imperialista Força Sindical e a reformista CUT) não organizaram e não enfrentaram de conjunto as medidas governamentais. Ao contrário, foram responsáveis pela quebra das greves contra as privatizações (CSN, petroleiros etc) e pela fragmentação dos movimentos de resistência ao desemprego e ao arrocho salarial. Foram impulsionadoras dos acordos de "flexibilização", de redução de jornada com redução salarial, do "banco de horas", terceirização etc.

O reformismo petista, que dirige a CUT, se apoiou no eleitoralismo e na via parlamentar para fazer uma oposição consentida, ou seja, adaptada à estabilidade do governo FHC e do parlamento que o sustenta. Adotou a linha da participação "propositiva", que significou apresentar reformulações no "Plano de Estabilização", sem questionar a essência pró-imperialista, ora votando a favor ora contra as medidas apresentadas pelo Executivo. O mais importante é que o PT, através de sua burocracia sindical, atuou para que a CUT e sindicatos submetessem os interesses dos trabalhado-

res às decisões do parlamento totalmente manietado pelo governo. O que resultou numa poderosa pressão para que a classe operária e demais explorados não organizassem através da luta de massa a resistência às diretrizes antinacionais e antipopulares.

A burocracia petista justifica sua conduta com a conclusão de que os trabalhadores não estiveram dispostos a se confrontarem com o plano governamental e que as transformações na realidade econômica colocavam para os sindicatos uma nova política, que era e é da negociação. Essa posição se contrapôs a via da luta de classe e da atuação das direções contra as tendências grevistas e de unificação dos explorados em torno de um programa comum. Dessa forma, os

trabalhadores, apesar de inúmeras manifestações grevistas, não puderam preparar a resistência.

Para se alcançar a unidade da maioria oprimida contra o governo e o parlamento entreguista, era necessário: 1) caracterizar o Plano Real e de Estabilização como pró-imperialista e de sacrifício dos trabalhadores; 2) colocar-se pela sua derrubada integral; 3) organizar o movimento de resistência partindo das reivindicações mais sentidas como o salário e o emprego; 4) trabalhar pela organização da luta com o método da ação direta. Mesmo que o governo e a burguesia continuassem exercendo seu poder de contenção do combate unificado das massas, a ação política baseada na rejeição integral ao Plano teria preparado os

trabalhadores para enfrentá-lo no momento em que viesse o impasse. O que fez a burocracia foi se adaptar ao Plano e bloquear o trabalho de preparação da resistência generalizada.

É preciso entender que a política econômica do governo entrou no impasse. O descontentamento dos explorados cresceu. Está colocado defender a fundo as reivindicações vitais e ligá-las à luta antiimperialista e anticapitalista. Para isso, é necessário rechaçar o eleitoralismo do PT e o colaboracionismo da burocracia sindical. Por necessidade, os trabalhadores instintivamente se chocarão contra as amarras desses agentes da burguesia. A tarefa é a de traduzir as necessidades dos oprimidos em programa revolucionário.

Rondônia (RO)

Exijamos o direito ao passe escolar

Uma "Lei Municipal" (que regulamenta a validade da identidade estudantil até 31 de dezembro), a burocracia da UNIR (juntamente com a Diretoria de Controle Acadêmico (DIRCA)) e o Sindicato das Empresas de Transporte são os responsáveis pela impossibilidade dos alunos adquirirem os passes escolares.

O jogo de empurra e empurra começa com o superintendente do sindicato, Paulo Valentim, ora diz que o DIRCA não mandou a relação dos nomes dos alunos, ora culpa a diretoria do DCE. Por sua vez, o DIRCA responde que mandou a listagem sem detalhar os requisitos exigidos pelo sindicato e que enviará nova lista para que o DCE possa confeccionar as carteiras. Esse jogo recai inteiramente sobre os estudantes, que não podem comprar os passes.

Os estudantes estão sem possibilidades de assistir as aulas

Ocorre que os alunos da UNIR estão com dificuldades de freqüentar as aulas no Campus Universitário. Isso porque a maioria depende de quatro ônibus para chegar ao Campus. O Campus permanece esvaziado e alunos de diversos cursos dispersos, tendo suas aulas ministradas em diversas escolas de ensino fundamental e médio.

Os alunos da UNIR não possuem condições elementares como restaurantes, residência universitária e trans-

porte gratuito para se deslocarem do centro da cidade para o Campus, que se encontra no interior da floresta, BR364.

Os estudantes do Programa de Formação de Professores Leigos (PROHACAP), mesmo com a identidade estudantil, não têm direito ao passe escolar.

A luta dos estudantes universitários deve se somar aos demais estudantes para arrancar do governo o direito ao passe escolar gratuito. Direito esse que não se encerra no final do ano (31 de dezembro). Isso porque há inúmeros cursos no período de férias escolares e os alunos também têm o direito de utilizar as bibliotecas e outras formas de estudo no período de férias. A greve da Unir (de 100 dias) não pode ser usada como castigo para os estudantes não terem os passes escolares. Ao contrário, a greve foi a resistência coletiva dos educadores contra a destruição do ensino feita pelos governos.

A manifestação dos estudantes em defesa dos passes escolares deve ser o ponto de partida para a unidade estudantil contra a reforma educacional privatista do governo e pelas reivindicações de restaurante e residência universitários e outras vitais para a maioria dos alunos. Não há outra forma de luta senão a da mobilização direta. Daí a importância das assembléias universitárias e das assembléias gerais estudantis para que as decisões sejam democráticas e coletivas.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Fortaleza (CE)

Trabalhadores, estudantes, desempregados devem sair às ruas contra o BIRD

É necessário se opor aos atos-Show, típicos da burocracia sindical e de eleitores.

Ganhar às ruas num amplo movimento contra os organismos do imperialismo (FMI, BID, BIRD)

Nossa bandeira: Fora com os credores imperialistas! Fora com os saqueadores de nosso país! Fora com o Banco Mundial (BIRD), financiador da reforma privatista da educação! Pôr em pé a frente única antiimperialista

A manifestação contra o BIRD deve fazer parte da luta antiimperialista e anticapitalista. O governo brasileiro há 11 anos vem aplicando os planos do FMI e Banco Mundial. Os resultados têm sido penosos para as massas trabalhadoras.

O desemprego cresceu, os salários estão arrojados, os direitos trabalhistas estão sendo eliminados, as empresas estatais foram entregues às multinacionais, as tarifas aumentaram e a privatização da saúde e educação ampliou. Mesmo assim, o Brasil ficou mais pobre, mais endividado e com menor participação no mercado mundial.

O saque desses organismos imperialistas, a abertura da economia nacional às multinacionais e o crescimento da penetração dos monopólios estrangeiros foram a essência das reformas neoliberais, aplicadas pela burguesia brasileira e seu governo subserviente. Por isso, a luta contra o BIRD deve fazer parte da luta contra o governo entreguista. A

bandeira de rechaço integral ao Plano neoliberal deve estar combinada com as antiimperialistas (expulsão do imperialismo).

Porém, o PT na reunião do Fórum anti-Bird apresentou a velha proposta distracionista de ato-show. Na verdade, quer utilizar a manifestação como ato eleitoral. O POR denunciou esse método, defendeu um ato de massa e o método da ação direta. E que os trabalhadores e demais oprimidos ganhassem às ruas numa grande manifestação antiimperialista e anticapitalista. Ao invés das frentes eleitorais, o POR levanta a bandeira de constituir a frente única antiimperialista, sob a base do programa da classe operária.

Lançado boletim da Corrente Proletária Estudantil Secundarista

O primeiro número do material vem com artigos sobre a volta às aulas, a política do Governo de São Paulo, que reprova 50 mil alunos, e sobre os grêmios estudantis, como eles devem ser atuantes e livres do controle da direção da escola. Adquirir com o distribuidor deste jornal.

Guarulhos:

Contra a Construção da Terceira Pista

Desde que se começou a falar na construção da terceira pista, criou-se uma rede de boatos em que a cada dia que passa a população fica mais desinformada.

Os jornais de Guarulhos (*Olho-Vivo* e *Folha Metropolitana*) não notificam nada de concreto, mesmo os jornais de bairro, ligados a políticos da região, só notificam suposições, que mais confundem que informam.

De concreto, a INFRAERO diz ter 1,1 bilhão para a construção: 100 milhões para a desapropriação, 300 milhões para a construção da terceira pista e 700 milhões para a ampliação da área de embarque e desembarque de passageiros e carga. Mas o que ela não informa são as áreas que serão desapropriadas, e não adianta a população ir lá procurar saber, pois ninguém é recebido. O que podemos perceber é que a menor das verbas é para a desapropriação.

O grande circo dos parlamentares de Guarulhos mostra o jogo de interesses que existe, jogando e manipulando com a vida da população em proveito próprio, principalmente num ano eleitoral. A exemplo do ex-vereador Paulo de Carvalho que convocou uma discussão sobre o tema no dia 17/02 no Circo-Escola, apenas para se mostrar na região (justo agora no ano eleitoral) mas não apresentou nada de novo.

A grande mudança foi a do prefeito Elói Pietá (PT): em 1989, quando era oposição, sempre foi contra a lei de mudança do zoneamento da região do aeroporto. Hoje, 12 anos depois, a coisa é diferente, não só o senhor prefeito é a favor das mudanças e da construção da terceira pista, como mantém reuniões constantes com representantes dos governos estadual e federal, como se a construção da terceira pista já fosse um fato consumado. Sempre encastelado na

Prefeitura, mas nunca chamando a população para opinar sobre esta questão.

É interessante como o senhor ganhou um novo aliado nesta luta, justamente o ex-adversário Pascoal Thomeu, hoje deputado estadual, mas que em 89 era prefeito e estava na trincheira oposta à de Pietá.

O que podemos concluir é que estes políticos, tanto situação como oposição, querem eleger seus candidatos deixando a população das áreas afetadas entregues à própria sorte.

A única saída para os trabalhadores é se organizarem para resistir contra os desmandos dos poderes públicos e não acreditar nas fórmulas milagrosas dos parlamentares, que só legislam em causa própria.

- Não à terceira pista!

- Por uma coordenação unificada para o movimento!

- Pela organização independente dos moradores!

Greve nas universidades estaduais do Paraná; Porque está isolada?

A greve das três principais universidades do Paraná completou, no dia 13 de fevereiro, 150 dias de duração. Os professores e funcionários da Unioeste, UEL e UEM resistem aos ataques combinados do governador do Estado, da procuradoria do estado, do ministério público federal, do judiciário estadual e federal, do clero, das associações comerciais e dos setores privatistas que internamente às próprias universidades pressionam contra o movimento e tentam desmoralizá-lo por todos os meios.

A reivindicação central dos universitários é a reposição das perdas acumuladas ao longo de sete anos sem qualquer reajuste. Inicialmente era reivindicado o índice de 50,03%. Posteriormente, iludidos com a expectativa de que recuando na reivindicação seria possível sensibilizar o governo a negociar, o comando propôs às assembleias a alteração da pauta, passando a defender uma mudança nos planos de cargos e salários apenas das universidades (ou seja, deixando de fora o conjunto do funcionalismo), índices diferenciados e limitados a uma suplementação de 90 milhões de reais no orçamento para as universidades. Com este recuo, a reivindicação que era de 50,03% para todos caiu para algo entre 27% e 35% diferenciando entre os que "ganham mais e ganham menos".

Na verdade, o comando de greve das estaduais vem sinalizando ao governo sua disposição e, até sua pressa, em chegar a algum acordo para por fim a greve. O movimento tem uma extensão inusitada devido ao cálculo que o governo fez de que mais dia menos dia, o comando iria se

quebrar e chamar o fim da greve. Esta situação está perto de se concretizar e, se até hoje se mantém a paralisação o mérito é dos trabalhadores, que impediram em suas assembleias a derrota sem pena nem glória que seria sair de mãos vazias.

O que empurra os servidores a se manter no combate é a postura do governo Lerner, que afronta de maneira truculenta o direito à reposição; mente descaradamente alegando a Lei de Responsabilidade Fiscal e provoca a revolta dos trabalhadores de dentro e de fora das universidades.

Os sindicatos sofrem uma chuva de ações na justiça, inclusive uma tentativa de prender os dirigentes por não acatarem a determinação judicial (uma das tantas) de suspender o movimento. Em torno ao julgamento de várias das ações que correm contra a greve das estaduais, desenha-se o fantasma da lei anti-greve que o governo federal está propondo no Congresso Nacional.

A grande fragilidade deste movimento é que carece de um programa claro em torno ao qual unificar os universitários e fazer a ponte com o conjunto da classe trabalhadora. A mera reivindicação de reposição salarial não é suficiente para que a massa grevista feche fileiras contra o governo quando este endurece e ataca. Esta fragilidade é a que se manifesta com toda força quando surge a perspectiva de unificação com outras categorias do funcionalismo estadual.

Os servidores da saúde, penitenciários, judiciários e professores da rede, dentre outros, estão sendo objetivamente empurrados a se mobilizarem no pe-

ríodo que começa em meados de março e se estende até 4 de abril, quando se encerra o prazo para conceder qualquer reposição, de acordo com a lei eleitoral. Mas estes trabalhadores, além do bloqueio de suas próprias burocracias, são também isolados pela postura corporativista do comando estadual de greve das universidades, que abandonou a luta pela unificação do movimento grevista com as outras categorias, em final de setembro, quando os professores da rede não entraram na greve. Este abandono é a prova de que por trás da "bandeira" da unificação, havia na verdade uma mesquinha postura de conseguir apoio a um processo do qual se esperava dividendos rápidos.

O problema da maior greve dos últimos tempos é o seu isolamento e o isolamento é o resultado da falta de um programa conseqüente em defesa da universidade por parte das direções sindicais. Às vanguardas do movimento caberá fazer um balanço serio da experiência desta greve. Explicar porque se abandonou a perspectiva de unificação com os demais servidores públicos e correu-se aos braços das cúrias, sociedades rurais e associações comerciais. Explicar, enfim, porque apesar de certa retórica vanguardista, o que continua predominando é uma perspectiva de "resultados".

Uma forte greve como esta não vence o governo fundamentalmente por estar isolada. Cabe a defesa da unidade grevista das universidades e de toda a educação, para barrar a política privatista e destruidora do ensino público.

Resumo das Obras Completas de Guillermo Lora

Apresentamos a seguir a continuação do resumo dos livros das Obras Completas de Guillermo Lora. A partir da leitura dos livros desta coleção, podemos perceber como foi a experiência boliviana na implantação do programa revolucionário no seio das massas. Como, passo a passo, devem ser estudadas as particularidades nacionais e aplicadas às sociedades.

Volume XXIX (1973)

Nesse volume, é mostrado como a repressão é uma política imperialista voltada naquele momento para a América Latina, no texto "*Brasil e Argentina sobre Bolívia*". Também são transcritos os folhetos "*A Política Militar do Proletariado*" e "*Bolívia: Da Assembleia Popular ao Golpe Fascista*".

Volume XXIX (1973)

Neste volume existem textos sobre a questão dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, comentários sobre o ERP argentino, o Programa da Frente Revolucionaria Antiimperialista, artigos sobre a experiência chilena de Allende e o papel do estalinismo nesta.

A luta dos perueiros em Embu Guaçu deve ser pela regulamentação de todos e estatização do transporte coletivo

Há alguns dias, ocorreu na cidade o 1º Encontro Municipal do Transporte Alternativo. Foi um encontro organizado e dirigido pela Prefeitura, através da Secretaria de Transportes, que reuniu os perueiros. O objetivo do governo municipal era impor um acordo de regulamentação do transporte em peruas, que já estava votado e aprovado na Câmara Municipal. Ou seja, os perueiros não poderiam decidir nada nesse encontro, tudo foi arranjado para que servisse apenas para explicar a lei acordada entre os partidos patronais, aprovada em novembro do ano passado.

Essa lei, que regulamenta o trabalho dos perueiros em Embu Guaçu (SP), apresenta as seguintes características:

a) Estabelece uma concessão aos perueiros a título precário. Quer dizer que a qualquer momento pode ser revogada pela prefeitura sem maiores justificativas.

b) Faz da concessão uma mercadoria, pois após três anos pode ser "negociada" para outro. A intransferência inicial serve apenas como mediação para o estabelecimento da linha. Após esse prazo, os empresários poderão "comprar" as concessões, mesmo que tenha de ser através de "laranjas" (pessoas que emprestam o nome para a compra).

c) As condições para o uso das peruas são fixadas pela prefeitura. Isso determina quais serão as linhas de perueiros e quantas peruas poderão rodar em cada uma delas. Serve para proteger os interesses dos donos das empresas de ônibus, pois limita a concorrência.

d) A fiscalização será feita por empresas terceirizadas pela prefeitura, o que abre caminho para a fraude e corrupção.

e) A lei fixa uma série de punições a serem aplicadas pela prefeitura contra os perueiros.

f) A legalização de apenas uma parte dos perueiros coloca outra parte na clandestinidade. A lei determina a apreensão das peruas clandestinas e multa de 3 mil reais. Isso divide a classe em dois, favorece a formação de máfias e oprime aqueles que mais necessitam do trabalho.

g) Proíbe-se o trabalho de menores como cobradores ou auxiliares dos perueiros. Muitos perueiros trabalham com os filhos ou parentes menores. O trabalho dos menores deveria ser decidido pelos perueiros, assegurando a eles os mesmos direitos dos trabalhadores adultos e idade mínima.

Como se vê, essa lei está longe de atender as necessidades dos perueiros. A verdade é que ela é favorável aos empresários, que se sentem ameaçados pela concorrência das peruas.

Os capitalistas dos transportes lucram bastante sugando a população assalariada, que é obrigada a utilizar seus ônibus para chegar ao trabalho ou estudo. As passagens têm preço elevadíssimo (até R\$ 2,40) e o serviço é péssimo, com poucos veículos, que vivem lotados, e de má conservação.

Esses empresários procuram jogar os motoristas e cobradores contra os perueiros, dizendo que a concorrência deles dá prejuízo às empresas e assim ameaça seus empregos e salários. O pior é que esse discurso mentiroso foi assimilado pela maioria das direções dos sindicatos de motoristas e cobradores, que se unem aos patrões para atacar os perueiros.

A verdade é que os patrões dos transportes é que são os inimigos do transporte público. São parasitas que sugam ainda mais o sangue dos explorados e lhes aumentam a opressão. A garantia de emprego e salário de motoristas e cobradores depende da luta contra os patrões, em defesa da estabilidade no emprego e do aumento salarial, e da estatização do transporte coletivo, pois somente assim será possível aumentar o número de ônibus circulando, de acordo com as necessidades da população e não dos parasitas capitalistas. A proliferação dos perueiros é consequência do péssimo serviço prestado pelas empresas de transporte e pelo aumento do desemprego.

A luta dos perueiros tem de ser unitária entre si, sem divisão entre legalizado e clandestino, e apontar para a

estatização sob controle operário, que resolverá o conflito entre ônibus e peruas harmonizando seu uso de acordo com os interesses da população. As reivindicações específicas dos perueiros de legalização para todos, organização autônoma de seu trabalho etc. devem ser parte de luta mais geral pela estatização, ou irão fracassar.

Em defesa do trabalho dos perueiros, é preciso reivindicar:

a) A legalização de todos os perueiros. Nenhuma limitação que coloque perueiros na clandestinidade.

b) Autonomia dos perueiros em relação à prefeitura para decidir sobre a organização do transporte alternativo juntamente com a população que dele se utiliza.

c) Realização de um encontro popular que unifique perueiros, população, motoristas e cobradores de ônibus para discutir e deliberar sobre o transporte municipal. Esse encontro deve se colocar por um programa que parta da defesa das reivindicações dos trabalhadores e da população e avance para a defesa da estatização de todo o transporte coletivo municipal, que deve ser colocado sob controle dos trabalhadores e da população, contratação de todos os perueiros pela prefeitura, garantia de emprego, escala móvel de horas de trabalho e salário mínimo real para todos os motoristas, cobradores e perueiros; exigir da CUT e dos sindicatos uma campanha nacional pelo salário e emprego para todos, de forma a combater o desemprego e a miséria, que levam os trabalhadores ao subemprego e trabalho informal.

O encontro popular não deve aceitar as medidas impostas pela Prefeitura e pela Câmara. Ao contrário, deve organizar a luta para que Prefeitura e Câmara é que se submetam às deliberações do encontro popular e as transformem em lei. O método de luta deve ser o das ocupações e bloqueios de estradas e avenidas, manifestações e passeatas, greves etc.

Metalúrgicos-ABC: É preciso combater a falsa política da burocracia sindical

O acordo assinado entre a Volks e Marinho trouxe demissões e rebaixamento salarial. A multinacional ameaçou com três mil demissões para forçar o sindicato a aceitar a proposta de redução de jornada com redução de salário e as demissões. Havia um descontentamento grande na fábrica e uma disposição de lutar contra o desemprego. Ao invés da direção do sindicato organizar o movimento grevista e ampliá-lo com a unidade operária das outras montadoras e autopeças, jogou com a idéia de que não tínhamos outra saída senão aceitar um acordo de demissão negociado.

O que fez Marinho? Correu para a Alemanha e trouxe na bagagem a ordem dos chefes da Volks de demitir. Suspendeu o movimento e fez aprovar na assembléia esse acordo que só beneficia a empresa. No final de janeiro, chamou os companheiros que estavam de licença remunerada para dizer que não podia fazer nada, pois teria de cumprir o acordo com a Volks. Os patrões se aproveitaram para aumentar a exploração do trabalho (aumento da produtividade) dos que estão trabalhando e demitir os 700 previstos no acordo com o sindicato. Essas 700 demissões é apenas o começo.

Tiramos a lição de que os acordos sem luta, quando temos condições de lutar, desarmam os trabalhadores contra as medidas econômicas de desemprego e aumento da exploração.

A diretoria do sindicato quer culpar a Oposição

Como precisa dos votos dos trabalhadores para eleger sua chapa para o Comitê Sindical, iniciou uma campanha suja de difamação da Oposição. Diz por todos os cantos da fábrica que a Oposição é a responsável pelas demissões. Falso. Eis a verdade:

1. Marinho recebeu a proposta da Volks de demissão e redução salarial e tratou de fazer um contra-proposta, que na verdade era o que os patrões queriam. Admitia a redução da jornada com redução salarial, demissão, salários diferenciados e terceirização.

2. Quebrou a disposição de greve e impediu a unidade de todos os metalúrgicos do ABC;

3. Enganou os trabalhadores com a viagem à Alemanha, pois já sabia que os patrões da Volks não modificariam de posição;

4. Mentiu aos operários dizendo que o acordo era vantajoso e que traria estabilidade por 5 anos, pois a empresa não poderia demitir;

5. Impediu que a Oposição tivesse o direito democrático de explicar porque era contra o acordo e usou dos velhos mecanismos dos pelegos de ameaçar os opositores, seus boletins etc.

6. Não mexeu uma palha contra as demissões dos que estavam em licença remunerada.

Está aí por que a direção de nosso sindicato é a responsável pelo desemprego, cortes dos salários, terceirização e as novas demissões que virão com a farsa do "baixo desempenho". Os patrões se aproveitaram do acordo e, agora, preparam nova ofensiva para reduzir a mão de obra na fábrica de São Bernardo e rebaixar os salários ao nível da fábrica da Volks do Paraná, em torno de R\$600,00.

Nossa resposta ao desemprego

Desde o início dissemos que o acordo entre a Volks e Marinho era contra os trabalhadores, porque está centrado nos cortes de postos de trabalho e salário. Por isso, defendemos:

1. Nenhuma demissão e nenhuma redução salarial

2. Resistir à proposta patronal com luta. A greve na Volks deveria ser estendida a todos os metalúrgicos. Uma greve de combate à política de destruição de postos de trabalho e de defesa das reivindicações vitais de nossa classe (emprego, salário e melhores condições de trabalho).

Uma posição da classe operária: não ceder sem lutar

A direção do sindicato se apóia na seguinte posição: acatar a exigência de demissão, redução de salário e eliminação de parte de conquistas trabalhistas como resultado de uma negociação sem luta. O patrão anuncia 3000 demissões para alcançar 700, ofe-

rece redução de 20% nos salários para chegar a 15%. A diretoria do sindicato faz um barulho, chama uma greve domingueira de dois dias e depois diz que foi a luta que alcançou o melhor acordo possível. No final dessa farsa, os patrões saem fortalecidos por terem atingido a primeira etapa de seu objetivo de corte e redução salarial. Os trabalhadores recebem o corte em sua própria carne sem ter lutado. Os que foram demitidos amargarão um longo desemprego e se acharem um outro trabalho receberão uma miséria. Os que ficam sabem que não têm nenhuma estabilidade, seu salário é diminuído e se sentem nas mãos dos patrões.

Ao contrário disso, a luta grevista fortalece a unidade da classe operária contra o desemprego e a exploração. Eleva a consciência política de que no capitalismo os trabalhadores são vítimas diárias dos exploradores e que é preciso aumentar a solidariedade de classe entre os explorados para enfrentar os ataques patronais. Pode haver na luta derrotas. No entanto, se a luta não foi suficiente para impedir as demissões, saímos fortalecidos para o próximo combate, com a consciência de que não aceitamos cortar em nossa própria carne. Se não lutamos, abaixamos a cabeça e de nada adianta dizer que foi o melhor acordo possível.

O mais importante é saber que não poderá haver nenhuma vitória sem se utilizar de toda nossa força coletiva, parando a produção e controlando a fábrica.

Estão aí as duas políticas opostas: a da burocracia do sindicato que coloca a negociação acima da luta; e a da política operária que coloca a luta para enfrentar os objetivos dos patrões e suas manobras de negociação.

É preciso defender a democracia operária

Toda liberdade de idéias, de oposição e distribuição de boletins. Um sindicato democrático é aquele que exige que todos que defendem o movimento operário tenham essa liberdade assegurada nas assembléias, no interior da fábrica, no sindicato e em toda parte.

78 anos da morte de Lenin

“Quem ri por último ri melhor”*

(título dado por nós, extraído de uma frase usado por Lenin)

León Trotsky

Quando Lenin, com uma simplicidade magnífica, que aos verdadeiros ingênuos parecia ser ingenuidade, declarou no Congresso dos Soviets: “O nosso partido está pronto a tomar o poder em toda a sua extensão”, ouviu-se uma gargalhada geral. “Riam à vontade” retorquiu Lenin, conhecedor do provérbio: “Rirá melhor quem rir por último”. Lenin gostava desta expressão francesa, pois estava firmemente disposto, no que lhe dizia respeito, a ser o último a rir.

Tranqüilamente, continuava a demonstrar que seria preciso de início, prender cinquenta ou cem dos milionários mais importantes e declarar ao povo que considerávamos bandidos todos os capitalistas e que Terechtchenko não valia mais do que Miliukov, sendo apenas mais estúpido. Ah! as idéias simples, terrivelmente, inexoravelmente ingênuas! E este representante de uma pequena parte do soviét, que de vez em quando o aplaudia moderadamente, dizia ainda à assembléia: “Receais o poder? Pois bem, nós estamos prontos a tomá-lo”. Riam-se, riam-se, é claro, de um riso então quase indulgente, mas apesar de tudo um pouco inquieto.

Lenin escolheu para texto do seu segundo discurso algumas palavras de uma simplicidade extraordinária: citou o que lhe escreveu um camponês; o homenzinho pensava que deveria exercer-se uma maior pressão sobre a burguesia, de forma a fazê-la rebentar pelas costuras; acabar-se-ia assim com a guerra; mas, dizia ainda, se a burguesia fosse poupada, as coisas poderiam correr mal...

Era então esta citação simples, estas palavras ingênuas que resumiam todo o programa de Lenin? Como não ficar estupefato? De novo se ouviam risinhos, risinhos que brotavam indulgentes e inquietos. Com efeito, se quisesse considerar-se de uma forma abstrata o programa dos propagandistas, as palavras “carregar, fazer pressão sobre a burguesia” não tinham muita importância. Todavia, aqueles que se admiravam não compreendiam que Lenin detectara,



sem qualquer possibilidade de erro, o ruído surdo da pressão crescente exercida pela nova era sobre a burguesia e previra que, sob o efeito dessa pressão, ela deveria de fato “rebentar pelas costuras”.

Na realidade, Lenin não se enganara quando, em Maio, explicava a M. Maklakov que “este país de operários e camponeses indigentes situa-se mil vezes mais à esquerda do que os Tchernov e os Tseretelli e cem vezes mais à esquerda do que nós, os bolcheviques.

É aqui que se torna necessário apercebermo-nos da fonte principal em que se baseia a tática de Lenin. Sob a película recentemente formada, mas já bastante turva, da democracia, ele conseguia atingir as zonas profundas do “país de operários e de camponeses indigentes”. E este país estava pronto para fazer a maior de todas as revoluções. Contudo, não era ainda capaz de manifestar tal disposição em termos políticos.

Os partidos que falavam, que falam em nome dos operários e dos camponeses, enganavam-nos simplesmente. Mi-

lhões de operários e de camponeses ignoravam ainda o nosso partido, não o tinham descoberto, mas sabiam que ele exprimia as suas tendências; e, simultaneamente, o nosso partido não compreendia ainda todo o seu poder virtual; por isso encontrava-se “cem vezes mais à direita” do que os operários e os camponeses. Era necessário reuni-los, era preciso mostrar ao partido os milhões de homens que dele necessitavam e mostrar o partido a esses milhões de homens. Deveria evitar-se correr muito depressa, mas não se podia ficar para trás. Tornava-se necessário dar explicações pacientes e perseverantes. Ora o que se devia explicar era extremamente simples:

“Abaixo os dez ministros capitalistas!”

Os mencheviques estavam em desacordo? Abaixo os mencheviques! Riam às gargalhadas? Não riam sempre... pois ri melhor quem rir no fim.

(Extraído do livro, Lenin, de León Trotsky, pág.73-76)

O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciada no Massas 160. Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos aparecem anteriormente separados. De modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977). “Questões de Organização” foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques.

Questões de Organização **I- Programa e Organização** **Fundamento Político do** **Problema (V)**

A célula que vive se desenvolve no seio das massas, é um elemento ativo, na medida em que é parte da organização da vanguarda e participa diretamente na evolução da consciência de classe, não se limita simplesmente a vincular a vanguarda com o grosso da classe, mas a aciona sobre o conjunto do partido, refletindo assim atividades das massas. A célula incorpora o programa partidário à luta de classe e, ao assimilar a experiência desta, impulsiona o ajuste e o desenvolvimento das posições programáticas. O ultra esquerdismo não precisa de células, no sentido que damos, porque para ele a revolução é um fenômeno estranho e externo ao proletariado. O trabalho cotidiano permite que o partido se converta em vanguarda da classe, isto é, que o programa se

torne dono desta, que é justamente o momento em que a idéia se transforma em força material. Já um grupo ultra-esquerdista, por mais incipiente que seja, já se considera direção e protagonista da revolução, por isso não precisa perder tempo esperando a evolução política das massas, pois acredita que pode substituí-las.

O instinto da classe (tem sua raiz no lugar que ocupa o proletariado no processo de produção) é o germe de sua consciência e ambos são processo em constante transformação e interrelação. Ao longo da luta de classes não deixam de brotar atitudes instintivas ou espontâneas. A experiência acumulada pelo proletariado em sua luta elementar ou sindical, permite, em certo nível, o salto qualitativo da atividade instintiva e sua transformação em consciente. O salto não se produz de forma mecânica por si mesmo, mas é conseguido pela mediação do partido político, que é o portador da ciência social (marxismo) no seio das

massas. Em certo grau de desenvolvimento do proletariado se coloca como necessidade histórica (impostergável) a estruturação do partido político, pois constitui o elemento decisivo para sua formação como classe. A política revolucionária não brota de forma natural da atividade espontânea dos operários, mas que vem de fora como programa partidário.

O partido é, desta forma, o resultado da evolução do assalariado, expressa, concentra e potencia a consciência classista, que está em constante transformação. Forma-se como programa (expressão consciente e exterior à classe por encarnar a teoria e, sem dúvida, parte vital desta porque atua sobre ela e termina por controlá-la) fora da classe operária, mas seu destino é se fundir com esta para transformá-la e, simultaneamente para transformar-se a si mesmo, para converter-se em uma poderosa organização, direção política.

Os EUA estão prestes a atacar o Iraque .

Após enumerar condições para a criação de um Estado Palestino, que na verdade seria uma provocação a uma tentativa de colocar uma camisa de força no povo palestino, pois coloca como premissa o desarmamento do movimento, a destruição das organizações e a prisão dos líderes, Ariel Sharon foi se encontrar com George Bush, para discutir não só a questão Palestina mas também sua colaboração numa ofensiva a curto prazo ao Iraque e também ao Irã.

Bush, em seu discurso na Casa Branca, chamou o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte de “o eixo do mal”.

Israel será avisado pelos EUA sobre qualquer plano para o ataque ao Iraque antecipadamente, para preparar suas baterias e mísseis. Esta é parte do acordo feito entre Bush e Sharon.

Segundo o ministro de defesa de

Israel – Benjamin Ben Efezer, que também esteve em Washington, os EUA pretendem atacar Bagdá em breve.

Bush disse que os EUA querem “resolver de vez o problema e pretende ir além dos limites impostos pela opinião pública”.

O Iraque, por sua vez, vem tentando romper os limites impostos pelo imperialismo. Esta semana, quebrou o embargo aéreo, que proíbe que aviões iraquianos levarem vôo sem prévia notificação às forças de segurança da ONU.

A tensão entre o Irã e Israel também é a mais alta nos últimos anos. Faz parte da ofensiva do Estado sionista contra os palestinos e à ocupação militar dos EUA ao Afeganistão.

Com relação a Arafat, ainda cercado por tanques israelenses, não foi apenas

Sharon que pediu a sua cabeça. O vice-presidente dos EUA – Dick Cheney usou o termo “enforcar Arafat” ao falar sobre as pressões que os EUA pretendem continuar exercendo sobre ele. Horas depois, disse que ainda pretende continuar negociando.

O governo de Israel mantém Arafat refém e o ameaça com ataques constantes de mísseis. É uma forma de pressionar a Autoridade Palestina a reprimir os grupos que resistem com ataques e incentivam o levante das massas (intifadas). Ao contrário de reprimir o levante do povo em armas, a forma de derrotar o sionismo e quebrar o cerco em torno de Arafat é justamente o armamento da população oprimida. A conquista da autodeterminação dos palestinos virá com a derrocada revolucionária do Estado sionista.

Bolívia:

A política obrigada dos atual e futuro governos burgueses

As circunstâncias econômicas imprevistas, geradas pela crise econômica estrutural capitalista internacional, limitam os movimentos das burguesias e de seus governos dos países coloniais e semicoloniais. O imperialismo não permite que realizem livremente seus movimentos.

Características da burguesia da colônia boliviana

O fundamental está em que a burguesia boliviana está muito longe de ser nacional (assentada na indústria pesada e obrigada a seguir sua política própria em busca de projetar sua influência no mercado mundial) e não passa de comercial ou intermediária, totalmente dependente da potência colonizadora, ao ponto que contribuiu para que o país perdesse sua soberania, abriu as portas do país para favorecer a invasão das multinacionais, causadoras dos males que atualmente suportamos, e está satisfeita que a Bolívia seja uma colônia, governada de fato pelo embaixador

norte-americano. Assim sobrevive graças às esmolas enviadas por Washington.

Os governos burgueses de turno não se preocupam com a libertação do país das cadeias imperialistas, e muito menos em conquistar um desenvolvimento econômico independente, movem-se sob a tutela norte-americana.

Os politiqueros não passam de eleitores e para ter êxito se jogam inteiramente à obtenção de uma aprovação dos Estados Unidos.

Os que fingem de estadistas não governam, esta é uma tarefa própria do presidente embaixador, limitam-se a repetir o que é ordenado a partir da fortaleza da Avenida Arce.

Que fará diante da agudização das conseqüências da crise econômica?

A colônia é usada pela metrópole para se potenciar economicamente, para atenuar as piores conseqüências da crise atual.

Na atualidade, a Bolívia deveria tirar

vantagem do colapso da Argentina, para favorecer à população faminta com as mercadorias baratas do país vizinho, isso sem deixar de auxiliar aos empresários nativos, que são muito débeis para suportar a invasão das mercadorias argentinas.

O governo burguês ficará na defensiva, ao extremo de que tenha de seguir suportando a resistência e pressões dos agroindustriais, cujo organismo superior já disse que o governo se acabou.

O liberalismo econômico segue em pé, ainda que cambaleante, porque não se efetiva um rigoroso controle das fronteiras e o contrabando formiga segue impregnando à luz do dia.

Não se deve esquecer que essa realidade (prova irrefutável da debilidade do governo e da burguesia do país) concluirá potenciando a arremetida das massas, que amadurecem para compreender que sua libertação será resultado da revolução social.

(extraído do *Masas* n° 1791, de 18/01/2002, do POR boliviano)

Organizemos a IV Internacional, suas seções têm de ser partidos-programas

O Programa de Transição, síntese da herança ideológica do marxismo-leninismo, é insubstituível por sintetizar as leis gerais da revolução social de nossa época. A revolução socialista mundial começa dentro das fronteiras nacionais para transformar-se em internacional, isto se não se quer a restauração capitalista, como aconteceu na ex-URSS, é por isso que as seções da Internacional têm de ser inexoravelmente partidos-programas. O POR boliviano apresenta como contribuição sua rica experiência conformada por muitas derrotas e algumas vitórias.

Evitar as deformações

Quando falamos de partidos-programas, nos referimos à urgência de que o militante bolchevique,

profissional, têm de conhecer o país no qual atua. Ou seja, as leis de seu desenvolvimento e transformação, o que é possível utilizando o método do materialismo histórico.

Os clássicos já ensinaram que o revolucionário não pode tomar a liberdade de ignorar as particularidades nacionais que determinam a forma em que as leis gerais da revolução de nossa época se concretizam em determinado país.

Não se pode aceitar que demagogicamente se pretenda fazer passar por programa partidário qualquer resolução sobre questões conjunturais.

A simples somatória de grupos ou pessoas ao redor de algumas declarações abstratas, incoerentes e sem transcendência não permitirá uma atividade verdadeiramente revolucionária, que

deve se encaminhar a expor e explicar a maneira em que se colocará e materializará a finalidade estratégica da luta e da tática a se empregar para efetivá-la.

Atuação do partido

Também nos países atrasados a revolução tem de ser majoritária, protagonizada pela nação oprimida, pelo imperialismo e dirigida pela política da classe operária. A ditadura do proletariado tem de resolver as tarefas democráticas pendentes para transformá-las em socialistas e assim assentar as bases da sociedade comunista.

O partido sem quadros profissionais não é bolchevique.

(extraído do *Masas* n° 1792, de 25/01/2002, do POR boliviano)

Bolívia:

Viva a abstenção eleitoral!

Em junho próximo se levarão a cabo, se não acontecer algo que impeça, as eleições gerais, das quais surgirão, para maior e inevitável desgraça de nosso país, o novo presidente e senadores e deputados levanta-mãos, que acentuarão o caráter colonial da Bolívia e reforçarão as cadeias impostas pelo imperialismo com ajuda da laçã burguesia comercial. Os serviços do capital financeiro e das multinacionais, que condenaram à extrema pobreza o atraso a maioria dos povos do mundo, chama de vez em quando as massas famintas, ao povo, oferecendo-lhes o céu e a terra, para que os elejam como governantes e como tais, na Bolívia, para que sigam crescendo suas unhas durante cinco anos, para roubar descarada e impunemente, e levar como curral privado o fruto do trabalho, do sacrifício e das privações do povo para os bancos do exterior, deixando a classe trabalhadora na mais profunda miséria.

Na Bolívia, os partidos políticos burgueses, se não levamos em conta as ocasionais frentes, marcham separados até depois das eleições, mas o ganhador jamais obtém uma contundente maioria, à exceção de um tal de Asbún, que no passado resultou ganhador com uma quantidade de votos maior que todos os habitantes do país (!!!), entregam-se às composições oportunistas para obter a primazia do número e da direção, e nunca a afinidade principista e programática, porque todos os partidos, com tênues e ligeiras matizes diferenciais, incluídos os estalinistas, são serviços do imperialismo, são pombo-correio e gendarmes observantes do

capital financeiro. Não há entre eles, entre os numerosos partidos burgueses, nenhuma diferença programática e ideológica de notável transcendência. Trata-se de uma montanha insaciável de ânsia e vontade de roubar, de mascar duas carreiras e de engordar até arrebentar. Por acaso os vemos quando ascendem ao poder o como saem envernizados dele?

As eleições em nosso país são as mesmas fáticas cantalenas, são as mesmas e inevitáveis promessas, os mesmos discursos e a sabida e também inevitável conferência. A parte cômica são os insultos que não faltam mas carecem de fundamento às imputações de roubo e latrocínio que se jogam uns nos outros. Desta forma tão cômica da política-gem que se desencadeia com a pretensão de acumular votos, até os movimentistas (do MNR, nota do tradutor) que são conhecidos aficionados da coisa pública chama de ladrões aos adenistas (da ADN) e aos satélites desses, o que naturalmente não é calúnia, porque o povo sabe o que foi feito tanto por uns quanto por outros.

A burguesia nativa é pois vivíssima, divida as forças opressoras em diversas tendas e a luta certamente tramada entre elas é pois uma farsa e um palavrório insano, porque passadas as eleições vêm a reconciliação e as composições e logicamente o perdão de todos os pecados e as ofensas mútuas. Por acaso não voltamos a ver os politiquinhos juntos rechonchudos e exalando sem-vergonhice? Esquecem-se as calúnias! E as imputações delitivas recíprocas, seus crimes que não mereceram nenhum castigo porque os tribunais para

judgá-los foram formados por eles mediante um engenhoso loteamento político que conhecemos e que é o laço e o obstáculo na administração da justiça.

Qualquer grupo da burguesia entreguista que ganha as eleições é uma garantia para manter o regime de exploração e de miséria porque não modifica em nada a situação das maiorias que continuam exploradas e escravizadas como estiveram sempre. As eleições são pois uma "festa" para que as massas mudem de amo. Não são nem servem para a libertação do povo oprimido e explorado.

As eleições são uma enganação eterna da classe dominante que só serve aos grupos burgueses para preservar seus crimes, para manter a fome e a miséria. O Partido Operário Revolucionário (POR) na atual situação revolucionária, propõe o voto em branco, nulo ou riscado e principalmente a abstenção, porque as classes exploradas e humildes não devem, por nenhuma razão, votar para eleger e engordar ainda mais seus opressores e carrascos. O POR propõe também a instauração, pela via insurrecional, do governo operário e camponês, que tirará o país do atraso e da miséria. Será a classe operária, como apoio do campesinato, que expropriará os expropriadores.

Viva a vitória da abstenção!

Abaixo a farsa eleitoral!

Vivam os Estados Unidos Socialistas da América Latina!

Vivam a revolução e ditadura proletárias!

(extraído do *Masas* n° 1791, de 18/01/2002, do POR boliviano)

Pastrana e Bush bombardeiam as Farc e ocupam território

No último dia 21, o governo Pastrana, ajudado pelos Estados Unidos, iniciou uma ofensiva militar contra as Farc. Sobre a zona desmilitarizada e sob controle guerrilheiro, realizou-se um bombardeio seguido de avanço do exército, resultando na morte de dezenas de opositores.

A ação militar é parte da ofensiva mundial do imperialismo, para aumentar o controle sobre as fontes de matérias-primas e estimular a indústria bélica. As Farc foram iludidas pelas negociações de paz com o governo, que as utilizou para desarmar e recuar a guerrilha,

abrindo caminho para a ofensiva bélica que agora se inicia.

As Farc são uma frente guerrilheira nacionalista, que agrupa todo tipo de corrente política, até mesmo frações da burguesia. Ao longo dos anos, foram conquistando espaço na Colômbia e apoio de setores camponeses. No último período, negociavam a possibilidade de abandonar as armas e participar da democracia burguesa e do processo eleitoral como partido legalizado, como já fizeram tantos outros grupos armados nacionalistas, como o M-19 na própria Colômbia. O na-

cionalismo foquista é incapaz de realizar a tarefa democrática da emancipação nacional, esta passa às mãos do proletariado, que a conquistará com a revolução proletária. Serão as massas oprimidas, sob a direção da classe operária, quem será capaz de derrotar o imperialismo e seus capachos governos burgueses, e não nenhum grupo à margem delas, por mais bem treinado e aparelhado que seja.

O POR apóia as Farc contra a opressão da burguesia entreguista e do imperialismo, e chama os trabalhadores do mundo todo a fazer o mesmo.

A crise econômica e o levante popular

O POR realizou um debate no dia 17 de fevereiro sobre a situação convulsiva da Argentina, como parte de nossa campanha em defesa das massas trabalhadoras argentinas contra o governo entreguista. Os principais pontos de nossa exposição:

A crise na Argentina é um reflexo da crise mundial do capitalismo. Há que entender os acontecimentos como não sendo puramente desse país. A bancarrota argentina é uma manifestação da desintegração do capitalismo, como foi a do México, sudeste Asiático, Turquia, Rússia etc.

Em todas essas quebras econômicas estão presentes o brutal endividamento e a impossibilidade dos Estados continuarem cumprindo com as metas estabelecidas pelo capital financeiro internacional. Os agiotas respondem com a fuga de capitais. A economia nacional dos países semicoloniais, totalmente submissa ao imperialismo, se desmorona e a recessão se manifesta fortemente. Foi o que ocorreu também no Brasil com a quebra do Plano Real, em janeiro de 1999.

Na Argentina, os governos da UCR (União Cívica Radical), Justicialismo, Frepaso aplicaram os Planos do FMI de forma integral. Nos anos 90, o "Plano de Conversibilidade", que impôs a paridade do peso com o dólar favoreceu a importação em detrimento da produção interna. Reduziu os salários e destruiu milhões de postos de trabalho. A desnacionalização, com a entrega das estatais ao capital estrangeiro, solapou o parque industrial argentino. Dos bancos à telefonia, até mesmo um ramo fundamental como o petróleo, tudo foi privatizado. O desemprego e o rebaixamento salarial colocaram na miséria uma boa parte da população. Hoje a taxa de desemprego é uma das maiores do mundo, com mais de 20% da população ativa. A Grande Buenos Aires, a exemplo de La Matanza com 1,5 milhão de habitantes, mais de 50% vivem na total miséria, arcam com o violento desemprego. A renda familiar mensal é hoje inferior a 190 pesos, o equivalente a R\$219,00, o que indica o aprofundamento da miséria e a sua generalização para uma vasta camada da população. A vigorosa classe média do passado se empobreceu e quase 50% dela é chamada de "novos pobres", pelos indicadores econômicos.

A promessa de "modernização" do país com a aplicação do Plano do FMI de

privatização e abertura da economia nacional, que tinha por detrás o saque do país, se desfez e a Argentina se desintegra. As dívidas internas e externa se tornaram impagáveis e o Fundo Monetário exige mais contundência nas medidas para poder continuar emprestando dinheiro à Argentina.

O levante das massas depôs dois governos em 10 dias e a burguesia instalou no poder Eduardo Duhalde para o chamado mandato de transição até 2003. As manifestações de rua, os saques e os bloqueios não cessaram. Os governos responderam e respondem as ações dos desempregados e aos panelaços com a repressão sanguinária, já são 30 mortos. É importante destacar que as manifestações na Argentina não surgiram recentemente. Nesse ano de aplicação do Plano governamental, o movimento dos desempregados, funcionários públicos e classe média arruinada saíram às ruas, bloquearam estradas etc e criaram organismos de luta, a exemplo das Coordenadoras e assembleias de piqueteiros.

O movimento instintivo de defesa da vida passou por cima das Centrais sindicais e sindicatos. AGT e a CTA colaboraram com a implantação das medidas antinacionais e antipopulares, uma mais abertamente e outra mais velada. A classe média, usando o método de luta próprio do proletariado -ação direta- saiu às ruas exigindo o fim do bloqueio de seu dinheiro e levanta as bandeiras da democracia burguesa - eleições antecipadas e assembleia constituinte. O movimento dos desempregados exige emprego e medidas imediatas para conter a fome e a miséria.

O governo negocia com o FMI uma saída para conter o descontentamento, que foge do controle da burocracia sindical. A burguesia nacional se torna mais submissa às ordens e às saídas impostas pelo imperialismo. E este exige a derrota dos movimentos. A via do colaboracionismo da burocracia sindical está acionada. Caso não dê resultado, o governo estará obrigado a acirrar a repressão. O golpe militar (manifestação de uma fração da burguesia) é um dos recursos para conter os movimentos e impor as medidas do capital imperialista.

O caráter embrionário do Partido Revolucionário é o principal obstáculo para o avanço da luta de classe. A burocracia sindical e correntes de esquerda aproveitam a situação para reanimar as ilusões democráticas das massas com as

bandeiras de "eleições já" e "Assembleia Nacional Constituinte", procurando combinar a via institucional burguesa com a ação direta e sua organização de massa. Esse é o caminho para o estrangulamento da luta independente dos trabalhadores. O contrário está colocado: fortalecer a ação direta, rechaçar a via da democracia burguesa e solidificar os organismos de base, como organismos de poder dos explorados em luta. Será com poder próprio que os trabalhadores manterão em suas próprias mãos a solução da crise, contraposta aos planos do governo Duhalde, capacho do imperialismo norte-americano.

A defesa das reivindicações vitais da classe operária (emprego a todos e reajuste imediato de salário) deve combinar com as bandeiras antiimperialistas (não pagamento da dívida externa, rompimento dos acordos, expulsão das multinacionais, reestatização das empresas privatizadas, sob o controle operário etc). Devem ser o ponto de partida para a unidade das massas para enfrentar o governo entreguista. Está colocada a necessidade da classe operária e demais oprimidos colocarem na ordem do dia o controle operário da produção e da economia para quebrar as saídas antinacionais e antipopular da burguesia. Os bancos que roubaram o povo, empobreceram o país para enriquecer os agiotas internacionais; os ramos-chaves da produção que foram privatizados têm de sofrer uma recuperação por intermédio dos trabalhadores e os monopólios que demitem em massa têm de ser colocados sob o controle da classe operária.

É por essa via que a classe operária tomará a iniciativa de verdadeiras soluções, que vão muito além das reivindicações imediatas. É com essas tarefas nas mãos que as massas em luta e organizadas nas assembleias populares caminharão para defender a expulsão do governo destruidor da economia e colocar em seu lugar um governo da maioria oprimida, que é o governo operário e camponês - a ditadura do proletariado contra os vendilhões e todos aqueles que matam de fome os desempregados.

O Brasil necessariamente seguirá o mesmo caminho da Argentina. As lições de nosso país vizinho devem ser aproveitadas. O problema principal se resume na construção do partido revolucionário, desenvolvendo o programa da evolução proletária no interior da luta de classe.